

XCLUSIVE

FEED & FOOD

PORTA-VOZ DA ANINDÚSTRIA DA CADEIA DE PROTEÍNA ANIMAL



LEITE
REPRODUÇÃO
MAIS EFICIENTE

OVOS
EXPORTAÇÕES
EM ALTA

INOVAÇÃO ALÉM DA SAÚDE ANIMAL

MAIS PRÓXIMA DO CLIENTE E COM OLHAR PARA
O FUTURO, A **CEVA SAÚDE ANIMAL** REFORÇA COMPROMISSO
COM A INOVAÇÃO ABERTA

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A CARCINICULTURA BRASILEIRA: PARTE II

ITAMAR ROCHA

Complementando as análises sobre as oportunidades e desempenhos da carcinicultura com o *Litopenaeus vannamei* no Ceará e na Paraíba publicados na coluna ABCC News da última edição, na presente coluna será tratada de forma específica a carcinicultura do Rio Grande do Norte, primeiro com base no censo setorial, realizado pela ABCC em 2021, e segundo, levando em consideração o histórico setorial e as condições e características que atraíram para o RN o pioneirismo na exploração dessa estratégica e destacada atividade do setor aquícola mundial.

Na verdade, afora o fato de que o cultivo extensivo de camarões pelo povo potiguar — que em tupi-guarani significa “comedor de camarão” — remonta da ocupação holandesa

(1630-1654), quando foram construídos os primeiros viveiros de cultivo de peixes estuarinos e camarões, os dados levantados pelo Censo da Carcinicultura Potiguar de 2021 confirmaram que o Estado berço da carcinicultura brasileira e, por muitos anos, líder setorial, perdeu essa condição em 2011 e, embora tenha apresentado um desempenho bem inferior ao Ceará (1.786 fazendas e 55,6 mil toneladas), mantém a segunda colocação, com 452 fazendas, cuja produção de 26 mil t/2021 correspondeu a um aumento de 45,87% em relação à produção obtida pelo censo de 2011 (17.824 t).

Por outro lado, o diferencial do desempenho e das oportunidades da carcinicultura potiguar em relação aos demais Estados é, sem dúvida, o fato de contar com uma se-

dimentada base técnica, fundamentada em 40 anos de intenso vivenciamento setorial, com um “modus vivendi” totalmente diverso das características que norteiam o desenvolvimento deste segmento produtivo nos Estados do CE, PB, SE e AL. A interiorização dessa atividade, com o uso de águas oligohalinas, aliás, em sentido oposto, se baseia na utilização de águas estuarinas, águas salgadas subterrâneas e oceânicas, com um potencial de exploração inesgotável, aliás, superior a 100 mil hectares.

Afora isso, tem um fato da maior relevância. O Rio Grande do Norte, graças ao permanente e profissional trabalho de conscientização e de esclarecimentos realizado pela ABCC, ANCC, com apoio da SAPE-RN, Sebrae-RN, Faern, Fiern e Feco-





mércio, junto ao governo do Estado, tem contribuído para uma ampla concessão de licenças ambientais pelo Idema, onde, segundo o Censo de 2021, 80% dos 452 empreendimentos de carcinicultura do RN estão licenciados; um caminho inverso ao que ocorre no Ceará, onde 80% (1.429) dos 1.786 produtores não têm licença ambiental.

Além disso, destaca-se o censo realizado pela ABCC (2021) sobre o desempenho da carcinicultura marinha no Estado do Piauí. Embora seja o Estado com o menor número de produtores (15), todos estão licenciados, localizados em apenas quatro municípios, cuja exploração de 1.061,8 hectares produziu 4 mil toneladas em 2021. Na verdade, o Piauí também detém várias áreas com potencial de utilização para a exploração da carcinicultura marinha, com destaques para Ilha Grande/Pedra do Sal, Luís Correia, Cajueiro da Praia/Barra Grande e, inclusive, os tabuleiros litorâneos, com água do Rio Parnaíba, cujas condições de uso são idênticas às áreas sistematizadas para a fruticultura e a rizicultura do Vale do Jaguaribe e do Baixo São Francisco.

Da mesma forma, o Estado da Bahia, com mais de mil quilômetros de costa e diversos reservatórios com águas salitradas (oligohalinas), impróprias para o consumo humano; assim como Sergipe, com vasto potencial hídrico, que já conta com cerca de 600 produtores; e Alagoas, com cerca de 150 produtores, que afora o Rio São Francis-

co e o Rio Cururipe, possui 17 lagoas costeiras, mesmo sem dados reais de exploração e produção, já se destacam na interiorização da exploração do camarão marinho *L. vannamei*, notadamente nas áreas com disponibilidade de águas oligohalinas, com alcalinidade e durezas compatíveis com os requerimentos fisiológicos exigidos para o desempenho produtivo da espécie.

Isso sem falar no Maranhão, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reconhecidamente detentores de condições naturais e de vocações para a exploração da carcinicultura marinha, pelo que, não há dúvidas, se o Brasil, por meio dos governos estaduais, colocarem de lado o equivocado viés ambientalista, passando a conceder as licenças ambientais para que os financiamentos, investimentos e custeio operacional possam ser acessados pelos produtores, certamente o Brasil dará um grande passo no sentido de ocupar a posição de destaque na exploração dessa atividade.

Notadamente, esse segmento produtor de camarão, proteína nobre de reconhecido apelo gastronômico e fortalecimento imunológico, conta com dois importantes e destacados aliados: de um lado a China, maior produtora mundial de camarão, que consome 2,6 kg/per capita/ano, já é o seu segundo maior importador mundial; e, de outro, os EUA, que já consome 2,2 kg/per capita/ano, sendo seu maior importador — com um detalhe, será sempre um importador nato.

Por isso, merece especial destaque o fato de que esse expressivo e

impensável desempenho produtivo do camarão marinho, nas áreas interiores, estuarinas e oceânicas, utilizando uma espécie (*L. vannamei*), originada do Pacífico, se constitui uma verdadeira quimera, cujo principal mérito é, sem dúvida, a não dependência de quaisquer obras ou ações estruturadoras governamentais, tendo como marcante característica a realização de ciclos contínuos de produção, sem dependências de chuvas, utilizando mão-de-obra local, sem exigência de qualificação, com uma rentabilidade 10-20 vezes superior às culturas tradicionais e, acima de tudo, sem utilizar quaisquer tipos de agrotóxicos.

Na verdade, quando se tem presente as amplas oportunidades de expansão da carcinicultura marinha brasileira, considerando suas vastas e variadas áreas, estuarinas e marinhas, incluindo os novos horizontes das áreas oligohalinas interiores, notadamente as sistematizadas, que a salinização dos solos tornaram impróprias para a exploração da fruticultura irrigada, que haviam sido abandonadas, mas que agora tem um substituto à altura, a carcinicultura com o *L. vannamei*, só resta alertar: Nordeste e Brasil, acordem, um mar de oportunidades sem investimentos públicos pode se viabilizar, criando negócios, gerando emprego, renda e divisas. ■

ITAMAR ROCHA

é presidente da ABCC e da Fenacam'22, diretor do Deagro/Fiesp e presidente da MCR Aquacultura